



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

## MANIFESTAÇÃO

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de Encaminhamento à ASJUD (1200729), solicitando manifestação desta Assessoria, aduzindo:

Informo que durante a primeira sessão do Pregão 90017/2024 (Edital id. 1128803), após os recebimentos das razões recursais das empresas CLARO S.A. (id. 1165423) e ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. (id. 1166144), e da manifestação elaborada pela área técnica (SUINF) no documento id. 1174995, os recursos foram acolhidos parcialmente, e a empresa TELETEx COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA. foi inabilitada do pregão, conforme análise e decisão constante do documento id. 1176212.

Na atual fase recursal da segunda sessão do pregão, a recorrente TELETEx alega que o posicionamento desta pregoeira, que desconsiderou o segundo atestado de capacidade técnica enviado (durante diligência) por se tratar de documento em substituição ao atestado enviado na fase de habilitação, contrariando o item 8.13 do edital, foi equivocado. Segundo a recorrente, trata-se de mero documento complementar ao primeiro atestado apresentado e, por isso, deveria ser recebido e contemplado durante a realização da diligência e análise dos recursos.

A recorrente argumenta, em suas razões recursais, nos itens 4.1 ao 4.9 (páginas 13 à 29 do documento id. 1199482), que o atestado de capacidade técnica apresentado em sede de diligência, durante a fase recursal da primeira sessão do pregão, constante das páginas 45 e 46 do documento id. 1172513, deve ser considerado como documento complementar ao primeiro atestado apresentado (documento id. 1152711) na fase de habilitação do pregão em comento, quando a referida empresa foi declarada vencedora do pregão.

Em razão disso e considerando que esta pregoeira desconhece a possibilidade de receber um atestado de capacidade técnica como documento complementar de outro atestado, referindo-se ao mesmo conteúdo do atestado anterior, mas com informações adicionais ao primeiro; que a matéria envolve aspectos jurídicos que exigem uma análise aprofundada de possíveis jurisprudências e legislações correlatas; e que a decisão vai gerar posicionamento institucional e abrir precedente para licitações futuras a serem realizadas neste TRF6, encaminho as razões recursais apresentadas pela recorrente para análise e decisão quanto à procedência ou não dos argumentos constantes dos itens 4.1 ao 4.9 - páginas 13 à 29 - do documento id. 1199482.

Em síntese, a empresa TELETEx COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, ora recorrente, suscita que, *em estrita boa-fé, atendeu integralmente à diligência no prazo imposto, apresentando documentação complementar e justificativas claras quanto ao conteúdo do atestado emitido pela empresa HAVAN. Além disso, informou à Administração sobre a sensibilidade de dados vinculados à segurança da informação da HAVAN, cuja exposição poderia gerar riscos à integridade da rede e comprometer informações estratégicas. Mesmo após a prestação dos esclarecimentos, a Sr. Pregoeira desconsiderou o documento complementar fornecido antes do certame, sob alegação de que esse material “não seria conhecido”. Tal postura não encontra amparo legal, pois o documento adicional não alterou a substância do atestado originário, tampouco modificou objeto, emissor ou conteúdo essencial, consistindo apenas em complementação permitida pelo Acórdão TCU nº 018.651/2020-8 e pelo §2º do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Sustenta ainda que, ao não considerar a documentação complementar requerida pela própria diligência, a Sra. Pregoeira adotou entendimento excessivamente restritivo e formalista, divorciado do princípio do formalismo moderado e da verdade material, ambos pilares da Lei nº 14.133/2021. Na prática, a autoridade ignorou o fim almejado pela diligência — o esclarecimento de dúvida — em detrimento de um critério meramente formal, comprometendo o due process of law administrativo e a própria isonomia no julgamento (Recurso razões - empresa TELETEx - 2ª sessão 1199482).*

É o relatório. Opina-se.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

### **2.1. Parecer jurídico na licitação**

A presente análise jurídica circunscreve-se aos aspectos formais e jurídicos da contratação, não havendo - em homenagem ao princípio da segregação de funções e à presunção de legitimidade dos atos administrativos - responsabilidade, tampouco competência, sobre o conteúdo e as decisões de qualquer ato de caráter técnico. Nesse sentido, oportuno o entendimento de [Ronny Charles Lopes de Torres](#), segundo o qual "*a atividade do corpo jurídico é a de verificar, dentro das limitações de sua competência e na pressa exigida pela necessidade administrativa, a legalidade das previsões do edital, contrato e suas minutas, cláusula a cláusula. Nessa atuação, foge ao âmbito de análise do parecerista os aspectos de gestão propriamente dita, como a escolha discricionária do administrador, e os elementos técnicos não jurídicos, como aspectos de engenharia de uma obra ou compatibilidade e eficiência de determinado software ou produto de interesse da Administração*".

### **2.2. Mérito Recursal**

Entende-se ser hipótese de não provimento do recurso apresentado por TELETEx COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, no que se refere ao novo atestado de capacidade técnica apresentado, abstendo-se de manifestar em relação ao conteúdo técnico, nos termos do item 2.1, assim como em respeito ao conteúdo a ser apresentado pela Suinf.

Verifica-se nos autos que a inabilitação da recorrente se deu pela apresentação de documento novo, assim como em razão de questões técnicas, conforme exposto no *item V, da Análise do recurso - pregoeira (1176212)*. Veja-se:

No tocante aos argumentos apresentados pela recorrente ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. quanto ao não atendimento de requisitos técnicos da proposta da recorrida referentes aos itens 3.1.6, 3.1.10, 3.1.11, 3.1.12, 3.1.29, 3.5.1 e 3.5.10 do Termo de Referência, anexo ao edital do certame em comento, esta pregoeira encampa toda a análise e conclusões apresentadas pela área técnica, inclusive por ter sido esse mesmo setor (Subsecretaria de Infraestrutura - SUINF) o responsável pela análise técnica da proposta apresentada pela recorrida durante a fase de aceitação da proposta, por possuir o conhecimento técnico especializado que a análise da proposta requer. Sendo assim, nesse aspecto, **o recurso não procede, tendo em vista que a SUINF considerou que a proposta da recorrida atende aos aspectos técnicos do Termo de Referência e respectivo Anexo I.**

Quanto à alegação das recorrentes CLARO S.A. e ARVVO TECNOLOGIA, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. de que o atestado de capacidade técnica apresentado pela TELETEX não atende às exigências do Termo de Referência, foi necessária a realização de diligência para que a recorrida pudesse apresentar documento que complementasse as informações que restaram pendentes de esclarecimento no referido atestado, nos termos do item 8.13.1 do edital. Foi recebida tempestivamente a documentação complementar da recorrida (id. 1172513). Porém, é importante esclarecer que o novo atestado de capacidade técnica enviado não foi considerado durante a análise, por se tratar de documento em substituição ao atestado enviado na fase de habilitação, contrariando o item 8.13 do edital.

Conforme análise feita pela área técnica, não ficou clara a capacidade técnica do fornecedor para prestar os serviços, uma vez que o atestado apresentado utilizou nomenclatura diversa daquela referente à documentação complementar apresentada em diligência (proposta comercial). Destacou, ainda, que a contratação similar de objeto da presente licitação não pode ser confirmada em razão da natureza de proposta comercial sem assinaturas e sem confirmação de aceite pelo contratante, além de possibilitar a ideia de que não tenha sido totalmente contratada.

**Além disso, a SUINF também informa que não foi esclarecido o tipo de treinamento a ser fornecido, pois a documentação complementar juntada aponta o fornecimento de treinamento oficial do fabricante mediante créditos a serem utilizados em sua plataforma de treinamento (<https://learningnetworkstore.cisco.com/>). Assim, mesmo que adotado o treinamento oficial, ainda não é possível afirmar que seria atendido o requisito de turma para 5 (cinco) pessoas com o conteúdo online e ao vivo, nos termos do item 3.15.1 do Termo de Referência.**

**Por fim, a área técnica considerou que os serviços de operação assistida estão incluídos no gênero de suporte, razão pela qual foi considerado como requisito atendido.**

Esta pregoeira também encampa toda a análise e conclusões apresentadas pela área técnica quanto aos recursos apresentados referentes ao atestado de capacidade técnica, pois, assim como para a análise da proposta, a SUINF foi responsável pela análise do atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida durante a fase de habilitação, por possuir o

conhecimento técnico especializado que a análise do atestado requer.

À evidência, a apresentação de documento novo e o não atendimento de questões técnicas - que poderão ser objeto de nova análise por parte da Subsecretaria de Infraestrutura - Suinf - justificam a manutenção do não provimento.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 64, dispõe:

**Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

**I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;**

**II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.**

**§ 1º** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**§ 2º** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Desde já, em uma interpretação literal, observa-se a autorização, pelo legislador, de simples complementação de informações, aspecto que não se confunde com a substituição de documentação para corrigir falhas procedimentais que sejam exclusivamente decorrentes da atuação do licitante.

O edital e o termo de referência ( 1128803) confirmam a assertiva acima. Veja-se:

## **EDITAL**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.**

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1. Os documentos previstos ns itens 4.2.1 ao 4.2.4.5 do Termo de Referência, necessários e suficientes para**

**demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021.**

**8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º), para:**

**8.13.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**8.13.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.14.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.15.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**4.1.** Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**4.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**4.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**

#### **4.2.1. Habilitação técnica**

**4.2.1.1.** Comprovação através de atestado de capacidade técnica, no mínimo, 01 (um), para cada lote descrito no edital, em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que comprove que:

**4.2.1.1.1.** A prestadora executou, diretamente, serviços compatíveis com aqueles exigidos por este Termo de Referência, sendo: instalação, customização, suporte, treinamento e operação assistida.

**4.2.1.2.** A licitante deverá ser revenda autorizada a realizar o fornecimento de produtos e serviços pelo fabricante da solução;

**4.2.1.2.1.** As soluções de cybersegurança utilizam equipamentos e funcionalidades de altas complexidades tecnológicas, razão pela qual qualquer mínimo problema ou má configuração pode gerar a parada total dos serviços e sistemas essenciais ao funcionamento do Tribunal; **4.2.1.2.2.** A exigência quanto ao licitante integrar a lista de global partners se deve ao respaldo dos fabricantes quanto à origem, controle, garantia e suporte, entre outros elementos.

**4.2.1.3.** Para verificar a autenticidade dos atestados apresentados, a CONTRATANTE poderá realizar diligências ou requerer os comprovantes fiscais da execução do objeto;

**4.2.1.4.** A CONTRATANTE se reserva o direito de realizar diligências para apuração da veracidade dos

A documentação previamente divulgada - e que serve de parâmetro para todos os envolvidos no procedimento - especifica o tempo, modo e requisitos para apresentação da documentação, assim como as hipóteses de complementação da informação, em consonância com os normativos existentes.

Dito de outro modo, a comprovação da habilitação técnica sucedeu as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, cabendo ao licitante, em sendo o caso, substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. Entretanto, após a entrega dos documentos para habilitação, a modificação na documentação apresentada é cabível apenas em sede de diligência, unicamente para a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, assim como a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

No caso sob análise, a recorrente não apresentou documentação para sanar dúvida. Antes disso, apresentou novo atestado de capacidade técnica, com informações não apresentadas anteriormente, em razão de comportamento atribuível exclusivamente à licitante, porquanto o edital e o termo de referência já previam a necessidade de se cumprir, para além de outros requisitos expressos, os constantes no item 4, do já mencionado documento referencial.

Conquanto se configure como um instrumento, a licitação possui natureza fundamentalmente procedimental, pautada em regras inequívocas e no princípio da preclusão. A finalidade dessas normas reside na garantia da isonomia durante o processo de seleção de fornecedores.

À guisa de esclarecimentos, não se desconhece os contornos do formalismo moderado, suscitado pela recorrente. Ocorre que, se um licitante não cumpre os requisitos básicos de habilitação, incluindo a apresentação oportuna da documentação, pode se afigurar temerário considerar sua proposta como a mais vantajosa para a Administração, pois a contratação de um fornecedor que descumpriu as regras do edital é inviável, além de causar verdadeira surpresa em relação aos demais licitantes.

Em linha, explica [Ronny Charles Lopes de Torres](#):

Em detrimento de uma clara regra incidente sobre o tema, compreendemos que valer-se de uma argumentação principiológica para mudar a “regra do jogo” no meio do jogo não nos parece a saída mais condizente com os princípios da Administração Pública, ainda que pareça saltar os olhos os famigerados princípios da vantajosidade e do formalismo moderado. **Afinal, se a licitação é um negócio, que tipo de imagem se está transmitindo ao mercado se, sequer, observamos as regras que a própria Administração estipula em seus normativos e editais?**

**Para tanto, insistimos na necessidade de construção e manutenção de um ambiente negocial seguro, calcado em premissas elementares: segurança jurídica,** transparência e respeito às condições de seleção preestabelecidas. E a segurança para o agente de contratação não está na ilusão de seguir uma pressuposta regra de preferência extraída da jurisprudência do TCU no sentido de buscar a proposta mais vantajosa a todo custo... A segurança está na clareza e objetividade do tratamento da matéria em seus editais.

**Após a entrega da documentação de habilitação não se permite a substituição ou a apresentação de novos documentos.** A exceção reside em possível diligência, a fim de se complementar informações sobre documentos já apresentados e desde que necessária à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, ou com vistas à atualização daqueles cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**São requisitos necessários: a prévia apresentação do documento na fase habilitação e a existência do fato à data da abertura da licitação. Assim, por exemplo, na avaliação de atestados de capacidade técnica previamente apresentados, a diligência poderá incidir na confirmação e/ou esclarecimentos de informações ali contidas, concernentes a obras e/ou serviços já executados naquela oportunidade.**

Noutra hipótese, a diligência será realizada a fim de atualizar documentos cuja validade se expirou após sua apresentação e no curso do processo. Assim, por exemplo, certidões de regularidade fiscal, válidas quando da apresentação da proposta, vencidas no decorrer do processo, podem ser atualizadas.

Não se permite a inclusão ou a validação de documentos que não tenham sido anteriormente apresentados nas fases correspondentes.

Possibilitado, ainda, o saneamento de erros ou falhas formais e/ou materiais, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, através de despacho fundamentado nos autos. Como exemplo, a correção de erros de digitação em dados que não comprometam a proposta (p.e. qualificação e identificação do licitante, endereço, CNPJ).

Repita-se, no caso concreto a parte apresentou novo atestado de capacidade técnica, o que difere da confirmação e/ou esclarecimentos de informações contidas no documento originariamente apresentado, fugindo assim do escopo da diligência.

Portanto, ao considerar as condições editalícias, assim como a interpretação e o alcance das diligências autorizadas pela legislação, verifica-se fundamentação jurídica capaz de encampar o entendimento apresentado pela pregoeira, razão pela qual opina-se pelo não provimento das razões apresentadas pela recorrente, no que se refere ao novo atestado de capacidade técnica apresentado, abstendo-se de manifestar em relação ao conteúdo técnico, nos termos do item 2.1, assim como em respeito ao conteúdo a ser apresentado pela Suinf

### 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica **opina pelo não provimento** do recurso apresentado pela empresa TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, **no que se refere ao novo atestado de capacidade técnica apresentado**, abstendo-se de manifestar em relação ao conteúdo técnico, nos termos do item 2.1, assim como em respeito ao conteúdo a ser apresentado pela Suinf, tudo nos termos da fundamentação.



E o parecer, salvo melhor juízo.  
À consideração superior.

**LUCIANO RECHIERI DE OLIVEIRA**  
ASJUD/DIGER/TRF6  
*Documento assinado digitalmente*

DE ACORDO.  
À Selit, para deliberação.

**CÁSSIO MEDEIROS KUBITSCHKE DE ARAÚJO**  
Assessor-Chefe da ASJUD/DIGER/TRF6  
*Documento assinado digitalmente*



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Medeiros Kubitschek de Araujo, Assessor(a)-chefe**, em 28/04/2025, às 17:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Rechieri de Oliveira, Assessor(a) I**, em 28/04/2025, às 17:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1201539** e o código CRC **63A9DC41**.